

5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2025

ATA NÚMERO SETENTA E CINCO

10 Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e dez minutos, teve lugar a Sessão Ordinária de setembro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Moraes e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.-----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais; Abel Filipe Dias Gonçalves, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, João Paulo Rebelo da Silva, João Pedro Ferreira Martins, Joaquim de Sousa Rocha, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Alcino de Sousa Lopes, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, João Morais de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim da Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira. -----

25 Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais; Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, substituído por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Joaquim António Dias Tavares, substituído por Manuel Benjamim Leite Soares, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, substituído por Jorge Filipe Gomes Pereira, Jaime da Silva Quintas, substituído por Margarida Maria Gomes Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por João Manuel Marins Rouxinol, André Araújo Ferreira, substituído por Madalena Castro Pinto e Pedro Petiz de Castro Viana, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol e Tiago Filipe da Costa Braga que justificaram a falta. -----

35 Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Filinto Virgílio dos Ramos Lima, que foi substituído por Abílio Fernando da

- 5 Silva Ferreira, Filipe da Silva Lopes, que foi substituído por Joaquim José Pereira da Silva Joaquim Silva, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, que foi substituída por Maria Cacilda Guedes da Silva Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, que foi substituída por José Carlos Almeida Morais Soares, Manuel Paulo de Jesus Lopes que foi substituído por Mário Vicente Sousa Silva Reis, -----
- 10 Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes e os Senhores(as) Vereadores (as): Dário Soares Freitas da Silva, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia e Marcelino -----
- Estiveram ausentes, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marina Raquel Lopes Mendes, o senhor Vice-Presidente José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, e os senhores (as) Vereadores (as) Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Manuel de Oliveira Guedes, Rui Manuel Alves da Rocha
- 15 Pereira e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa. -----

Ponto 1 - Público.-----

Senhor António Rocha, União de Freguesias de Santa Marinha e Afurada na sua intervenção disse que em

20 nome da sua família, com o coração despedaçado, sem chão e sem saber como proteger a família naquele momento que vivia numa situação de enorme fragilidade, estando a ser alvo de um processo de despejo. Disse que família era composta por um casal com baixos rendimentos, dois filhos estudantes e uma idosa com graves comorbidades que dependia de cuidados diários. Desde abril de 2025 que aguardavam que a Gaiurb se pronunciasse se teriam ou não direito a uma habitação social. Pedia em nome da sua família, que

25 olhassem para o problema com humanidade. Conforme documento em anexo **(vide anexo 1)**.-----

Senhor Manuel Ribeiro, União de Freguesias de Santa Marinha e Afurada na sua intervenção, disse que entregava um abaixo-assinado em nome dos moradores da Rua Alto das Oliveiras, Rua Particular Santo António e Travessa Altos Oliveiras, Vila Nova de Gaia, conforme documento em anexo **(vide anexo 2)**.-----

Senhor Vasco Santos, Freguesia de Oliveira do Douro na sua intervenção disse que da última vez que se

30 dirigiu aquela assembleia foi acusado de falta de respeito, por dizer que a oposição pouco fazia em relação à Câmara por certos problemas no Areinho de Oliveira Douro. A senhora presidente continuava a não querer saber do semáforo na rua em frente à Escola António Pina. E depois, quando perguntou ao senhor vereador determinados assuntos o senhor vereador respondeu-lhe com questões de ambiente, que no seu entender nada tinham a ver com o assunto que o levaram ali. Havia uma obra na Rua Santos Pousada em que o senhor

35 empreiteiro meteu lá três camiões, num um desvio onde não passava a obra. Telefonou para a Câmara de Gaia, para os serviços técnicos irem obrigar a emendar o erro e até aquele momento nada sabia. -----

5 **Senhora Maria Idália Sousa, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso** na sua intervenção disse ir aquela assembleia, quase todos os meses, falar do mesmo assunto, que morava há 30 anos na casa feita sem ordem de câmara, vivia debaixo das águas da chuva., na Rua Marquês Sá da Bandeira. Não podia tomar banho, já há dois anos e andava a correr para a Câmara, para a gestão urbanística a tentar resolver o problema. Tinha problemas de saúde e colocou um pacemaker. Já tinha feito queixa e continuou a acusar
10 tudo e todos de uma forma pouco digna e correta para o lugar. Tinha um papel em como nunca lhe deram um contrato, e pagava a renda e, portanto, não sabia o que queriam mais. Gostava que lhe respondessem o que é que iriam fazer.-----

Senhora Maria Manuela Brandão, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso na sua intervenção disse que o assunto que a levava ali dizia respeito à atribuição de licença para a abertura e funcionamento
15 de estabelecimentos de restauração e/ ou alteração de uso de um espaço para o exercício da atividade de bar restauração, conforme toda a informação que recolheu. Ora, no caso em apreço, estavam perante um licenciamento aprovado pela Gaiurb em maio deste ano, relativa à alteração de uso de um quiosque fração do nosso edifício situado na parte externa do mesmo. Classificada como privada de uso público, com a área de quatro metros quadrados. Para um estabelecimento de bar restauração, invocando para o efeito que o
20 mesmo possuía área de 9,60. o que era manifestamente falso. Aquele proprietário eliminou a fachada sul da fração, fechou com estrutura fixa a área privada da utilização pública, sem qualquer autorização ou legitimidade para a ocupação do espaço. Continuou a expor descrevendo várias situações que infringiam a lei e incomodavam os vizinhos. como o ruído. Conforme documento em anexo **(vide anexo 3)**.-----

Senhora Maria Teixeira, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo na sua intervenção disse ir tentar ser
25 esclarecida de uma situação, pois tinha feito uma reclamação, em fevereiro do ano passado. Até ao momento estava sem respostas, por parte da Gaiurb. Morava em Seixezelo e no seu prédio o senhor do r/c, supostamente não poderia ter árvores de grande porte, era proibido expressamente por lei, tinha um abacateiro e um loureiro que estava a arrebentar com o teto da garagem, a provocar infiltrações, etc. tudo foi exposto nessa altura, com fotografias. Tiveram conhecimento que a Gaiurb propôs um projeto para o
30 senhor apresentar, um projeto de um telheiro, no espaço dele, com telha, o que não poderia ser de acordo com o regulamento do prédio, que não deixava uma marquise sequer. Preocupava-se porque estavam a dar-lhe meses e meses para ele andar para a frente e nada. Gostaria de uma resposta ao problema que expôs. uma resposta.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Dário Soares Freitas da Silva na sua intervenção,
35 deixou duas ou três notas relativamente a alguns assuntos. Relativamente ao senhor António Rocha disse ter levantado um conjunto de afirmações e de suspeitas que lhe pareciam graves, nomeadamente o facto de ter recebido supostamente correspondência em nome de uma instituição municipal. Pelos vistos, não era, portanto, a única coisa pedia era que fizesse chegar a mesma para averiguação ou para o Ministério Público.

5 Porque achava que a única coisa que poderiam fazer, relativamente à questão era que infelizmente existiam muitas famílias em Vila Nova de Gaia, com as mesmas dificuldades e a Câmara obviamente que não poderia funcionar porque cada vez que chegasse ali alguém e exige-se que de um dia para o outro a solução fosse resolvida, ou dois ou três meses. Como bem sabia existia uma lista que era pública, que poderia ser acompanhada por toda a gente e, portanto, o munícipe teria de correr todas as etapas dos processos, que
10 habitualmente eram feitos por cada um, independentemente da gravidade, porque essa lista era precisamente ordenada em função da gravidade e da situação de cada agregado familiar. Portanto, o que mais o preocupou ali foi a suspeita que o senhor deixava. Apesar de tudo, a Câmara ia tendo um conjunto de respostas, nomeadamente o apoio ao arrendamento, o apoio à família através do Plano de emergência social. Havia um conjunto de respostas que normalmente eram articuladas entre as técnicas das Juntas de Freguesia
15 e as técnicas da área da Ação Social da Câmara Municipal. Quanto ao senhor Manuel Ribeiro, lamentava o facto de não ter nenhuma resposta. Era verdade já acompanhava o processo há uma série de anos. e compreendia as reivindicações, mas era um processo relativamente difícil e ainda não tiveram possibilidades, o que lamentava. Dirigindo-se ao munícipe Vasco Santos e relativamente á Rua Fonte Cova, conhecia e sabia que a rua se encontrava em mau estado. Relativamente à questão do semáforo, foram colocados por técnicos
20 municipais e, portanto, se porventura houvesse algum problema, alguém certamente teria de ser responsabilizado por isso. O senhor Vasco tinha toda a legitimidade e aconselhou se tivesse suspeitas para fazer queixa. À munícipe Idália Sousa não deu qualquer resposta porque achava que teria de existir um mínimo de dignidade numa casa que era a da democracia. em Vila Nova de Gaia. Portanto, nem os seus familiares nem os colegas o tratavam da maneira que ela o fez insultando a própria Assembleia. Em função
25 disso, não daria qualquer tipo de resposta, pelo menos enquanto não fosse tratado devidamente como tratava toda a gente. Respondendo á senhora Maria Manuela Brandão, poderia garantir que o assunto foi levantado na última reunião de Câmara, o processo estava em averiguação e, portanto, brevemente dariam novidades. Finalmente e respondendo à questão das árvores, dizer que confiava nos técnicos, até prova em contrário e por vezes, e esclarecendo, nós entendíamos como a “nossa lei”, ou o regulamento do condomínio,
30 mas não significava necessariamente que fosse a lei geral. Pediu para deixar os documentos e se assim o desejasse acompanharia o processo. Que ninguém estaria acima da lei e se a lei o permitisse, teria de recorrer ao tribunal -----

Ponto 2 - Leitura, Discussão e Votação de Atas -----

35

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 71 de 12 de junho de 2025 -----

5 **Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os(as) Srs.(as) Deputados(as): Abel Filipe Dias Gonçalves, José Carlos Almeida Morais Soares, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Abílio Fernando da Silva Ferreira, Joaquim José Pereira da Silva, Margarida Maria Gomes Ferreira, Joaquim César Ramos Rodrigues, Maria Cacilda Guedes da Silva Lopes, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Nelson de Jesus Martins da**
10 **Silva, João Manuel Martins Rouxinol e Madalena Castro Pinto -----**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 72 de 27 de junho de 2025.-----

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os(as) Srs.(as) Deputados(as): Abel Filipe Dias Gonçalves, Jorge Filipe Gomes Pereira, José Carlos Almeida Morais Soares, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Pinto Ribeiro,
15 **Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Dália Miranda Lopes Eira, Bruno Miguel Monteiro Vieira da Silva, Abílio Fernando da Silva Ferreira, Joaquim José Pereira da Silva, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Mário Vicente Sousa Silva Reis, Maria Cacilda Guedes da Silva Lopes, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Carla Maria Rodrigues Costa, Joaquim Moreira Barbosa, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, João Manuel Martins Rouxinol e Madalena Castro Pinto -----**

20 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 73 de 24 de julho de 2025.-----**

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os(as) Srs.(as) Deputados(as): Abel Filipe Dias Gonçalves, José Carlos Almeida Morais Soares, Carla Isabel Argueles Cáceres, Abílio Fernando da Silva Ferreira, Maria Cacilda Guedes da Silva Lopes, Mónica Alexandra da Silva Almeida, João Pedro Ferreira Martins, Rui Pedro Fernandes Teixeira
25 **Paulo José Melo Martins, Madalena Castro Pinto e Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira. -----**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 74 de 31 de julho de 2025.-----

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os(as) Srs.(as) Deputados(as): Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Abílio Fernando da Silva Ferreira, João Morais de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Mónica Alexandra da Silva Almeida,
30 **Maria Cacilda Guedes da Silva Lopes, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Nelson de Jesus Martins da Silva, João Manuel Martins Rouxinol, Madalena Castro Pinto, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. -----**

35

Ponto 3 - Período de Antes da Ordem do Dia -----

5

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE) apresentou uma **Recomendação**, pela “Criação do Regulamento Municipal de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Gaia”, conforme documento em anexo (**vide anexo 4**)-----

10 **Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD)** apresentou uma **Proposta de Recomendação**, “Para o Desenvolvimento do Teatro em Vila Nova de Gaia”, conforme documento em anexo (**vide anexo 5**) -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Dário Soares Freitas da Silva na sua intervenção. disse que o teatro merecia a aprovação por parte da Câmara Municipal pois era um reconhecimento daquilo que teria sido o trabalho da Câmara, ao longo de dez anos, no apoio ao teatro amador. Lamentava que só ao fim de dez anos depois do TEP, é que o PSD reconhecia efetivamente a importância do teatro amador
15 Relativamente ao Bloco de Esquerda, dizer que na essência também estavam de acordo. Ou seja, a proposta, parecia fazer todo o sentido. Também estava em vias a apresentação de um, regulamento e de uma proposta do género. Portanto, a Câmara não se opunha. Naturalmente, a proposta parecia-lhes de todo viável já não concordavam era com a questão do regulamento. Levantava um conjunto de questões. E como ex. perguntou porque é que não se incluía a Polícia Municipal, os Bombeiros Sapadores, os ex-bombeiros do quadro, que
20 fazem parte do quadro de honra e que são uma instituição forte e, portanto, normalmente também gostariam. Depois havia questões de implicação do ponto de vista financeiro, a questão da redução das taxas e a quem e em que moldes. Haveria necessidade, de uma clarificação. Tratava-se de um regulamento que, pelo seu procedimento formal, teria de ser alvo de discussão pública como todos os regulamentos municipais. Havia um período de escuta de um mês e isso atiraria naturalmente para um próximo mandato.
25 Fazia sentido. uma de duas propostas ou esperar, eventualmente, que a Câmara apresentasse ou segundo, eventualmente, a criação de um grupo de trabalho que poderia nascer a partir do próprio, ou da Assembleia Municipal, se assim o entendessem, garantindo que essas entidades fossem todas auscultados e, naturalmente, a Câmara também com um representante que eventualmente pudesse ajudar a dissipar algumas das dúvidas que pudessem surgir. Nada contra a proposta, 100% a favor, até porque a Câmara queria
30 fazer exatamente o mesmo. Acreditava que o Dr. Guilherme Aguiar tinha isso mesmo em fase de conclusão. Não, o regulamento. -----

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD) referiu que o senhor Presidente da Câmara em exercício lhe tirou umas palavras da boca porque ia dizer exatamente o mesmo E aliás, havia aspetos que não percebiam muito bem. Por exemplo, o artigo cinco, quando se dizia que o município destinará a
35 percentagem do IRS, que os contribuintes pudessem consignar à Câmara para um Fundo Municipal de Apoio aos Bombeiros Voluntários e organização de medidas de apoio adicionais. Não sabiam exatamente o que era e o que queriam dizer com isso e, portanto, era um esclarecimento que era devido. Em todo o caso,

5 achavam exatamente a mesma coisa, ou seja, que o regulamento mereceria um entendimento mais vasto. Eventualmente vindo ou provindo da Câmara ou eventualmente, havendo ali uma proposta que reunisse a opinião dos partidos e chegar a um consenso e a um regulamento que fosse comum. Gostariam de ouvir o Bloco de Esquerda a esse propósito-----

10 **Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE)** disse, que de facto, escutaram com muita atenção aquilo que o senhor Presidente da Câmara em exercício tinha dito e de facto, não tinham qualquer objeção àquilo que disse. Entendiam de facto e eventualmente, a morosidade da consulta pública, etc. Seria interessante, não dizendo que se aprovasse aquele regulamento, mas apenas uma sugestão, e nesse sentido, de facto, poderiam exatamente chegar a um compromisso, o de apenas promover a regulamentação, ou seja, estavam em sintonia, sem regulamento, aliás, tratava-se apenas de um anexo.-----

15

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE, “Elaboração de Relatório detalhado sobre o desempenho da Rede UNIR em Vila Nova de Gaia”.-----

20 **Votação: Aprovado por Maioria**, com 44 votos a favor (18 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN), 02 abstenções (01 do CDS-PP e 01 da IL).-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, “Para o Desenvolvimento do Teatro em Vila Nova de Gaia”, -----

25 **Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

Ponto 4 - Período da Ordem do Dia. -----

4.1. da Ordem de Trabalhos “Eleição do Presidente de Junta de Freguesia ao Conselho Municipal de Saúde”

30

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) disse ter solicitado ao senhor Presidente, na reunião de líderes, a possibilidade de realizar uma intervenção de carácter político. Só queria dizer que era intenção do Grupo Municipal do PS, valorizar a abertura do ano letivo com uma saudação a toda a comunidade escolar, bem como o trabalho de todas as associações e sobretudo os clubes desportivos que também agora começaram as suas atividades. Relativamente àquele ponto a proposta do Grupo Municipal do PS, é indicar

35

5 o nome da Dr.ª Maria José Gamboa, presidente de Junta de freguesia de Canidelo, como a representante dos presidentes de Junta e ainda como suplente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canelas, Arménio Costa, conforme documento em anexo (**vide anexo 6**)-----

10 **Foi presente 01 Lista, denominada A, tendo obtido 32 votos a favor, 02 votos contra e 12 votos brancos. Foi, pois, eleito a Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Canidelo, Maria José Guerra Gamboa Campos, pertencente à Lista A.** -----

15 **4.2. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Auto de Transferência número ARSN_028/2023 que concretizou a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no Domínio da Saúde – 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Adenda ao Auto de Transferência”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.2.** -----

Votação Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (18 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 04 do PSD, 01 do BE e 02 da CDU) e 02 votos contra da CDU. -----

20

4.3. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Ponderação da Discussão Pública e da Estratégia de Reabilitação Urbana relativa à Operação de Reabilitação Urbana desenvolvida para a ARU Eixo Carvalhos – Grijó e da Minuta do Aviso a Publicar em Diário da República”. -----

25 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.3.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

30 **4.4. da Ordem de Trabalhos** “4.4.Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Ponderação da Discussão Pública e da Estratégia de Reabilitação Urbana relativa à Operação de Reabilitação Urbana desenvolvida para a ARU Aguda - Granja e da Minuta do Aviso a Publicar em Diário da República”. -----

5 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.4.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

10 **4.5. da Ordem de Trabalhos “4.5.Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Ponderação da Discussão Pública e da Estratégia de Reabilitação Urbana relativa à Operação de Reabilitação Urbana desenvolvida para a ARU Cidade de Gaia e da Minuta do Aviso a Publicar em Diário da República”.** -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.5.** -----

15 **Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

20 **4.6. da Ordem de Trabalhos “4.6.Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Ponderação da Discussão Pública e da Estratégia de Reabilitação Urbana relativa à Operação de Reabilitação Urbana desenvolvida para a ARU Devesas e da Minuta do Aviso a Publicar em Diário da República”.** -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.6.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

25 **4.7. da Ordem de Trabalhos “4.7.Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Ponderação da Discussão Pública e da Estratégia de Reabilitação Urbana relativa à Operação de Reabilitação Urbana desenvolvida para a ARU Encostas do Douro e da Minuta do Aviso a Publicar em Diário da República”.** -----

30 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.7.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

5 **4.8. da Ordem de Trabalhos “4.8.Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Ponderação da Discussão Pública e da Estratégia de Reabilitação Urbana relativa à Operação de Reabilitação Urbana desenvolvida para a ARU Setor Noroeste do Anel Industrial e Logístico e da Minuta do Aviso a Publicar em Diário da República”.** -----

10 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.8. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

15 **4.9. da Ordem de Trabalhos “4.9.Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Ponderação da Discussão Pública e da Estratégia de Reabilitação Urbana relativa à Operação de Reabilitação Urbana desenvolvida para a ARU Valadares e da Minuta do Aviso a Publicar em Diário da República”.** -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.9. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

20 **4.10. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão – Revisão Extraordinária de Preços – Indeferir o pedido apresentado pela empresa Alexandre Barbosa Borges, S.A. e aprovar a aplicação de uma nova fórmula de revisão de preços, que resultou de um acordo das partes, a qual deverá ser aplicada a todo o período de execução da empreitada, nos termos do n.º 5 do artigo 3.º do D.L. n.º 36/2022 de 20 de maio”.** -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.10. -----

25 **Votação: Aprovado por Maioria, com 42 votos a favor (18 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 04 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do CH) e 01 abstenção da IL.** -----

30 **4.11. da Ordem de Trabalhos “4.11.Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada “2024.AQROVP.S.03 – Requalificação da Avenida Vasco da Gama – Fase 1 (desde a Praça da Índia até ao cruzamento com a Rua de Abreu Bacelar), Freguesia de Arcozelo – Decisão de contratar e Atos inertes”, Autorização dos Encargos para os anos seguintes (cfr. artigo 36.º do CCP) e em cumprimento da**

5 alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do D.L. n.º 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da A.R. n.º 86/2011 de 11 de abril, com a alteração introduzida pelo artigo 151.º do D.L. n.º 13-A/2025 de 10 de março, nos seguintes termos: -----

- Ano 2025 - € 530.000,00 (quinhentos e trinta mil euros) IVA incluído; -----
- Ano 2026 - € 563.271,76 (quinhentos e sessenta e três mil, duzentos e setenta e um euros e setenta e seis cêntimos) IVA incluído”. -----

10

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.11. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

15 4.12. da Ordem de Trabalhos “4.12.Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Renovação dos Protocolos do Programa GaiaAprende +(i) – Autorização dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do artigo 22.º do D.L. n.º 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da A.R. n.º 86/2011 de 11 de abril, com a alteração introduzida pelo artigo 151.º do D.L. n.º 13-A/2025 de 10 de março, nos seguintes termos:” -----

INSTITUIÇÕES	2025	2026	2027
APPDA-Norte	€ 29.400,00	€ 117.600,00	€ 88.200,00
CERCIGaia	€ 68.400,00	€ 315.600,00	€ 236.700,00
APPACDM	€ 99.000,00	€ 396.000,00	€ 297.000,00
TOTAL	€ 196.800,00	€ 829.200,00	€ 621.900,00

20 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.12. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (18 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 abstenção 01 da IL.-----

25

4.13. da Ordem de Trabalhos “4.13.Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Acordo de Parceria a celebrar entre o Município de Vila Nova de Gaia e as Instituições do GaiaAprende +, tendo em vista a implementação do Programa Educativo Municipal “GaiaAprende +”, no âmbito da componente de apoio à família, Autorização dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do artigo 22.º do D.L. n.º 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da A.R. n.º 86/2011 de 11 de abril, com a alteração introduzida pelo artigo 151.º do D.L. n.º 13-A/2025 de 10 de março, nos seguintes termos:”-----

30

INSTITUIÇÕES	2025 (out-dez)	2026	2027
Abrigo Seguro - Associação de Solidariedade Social	€ 45.300,00	€ 181.200,00	€ 135.900,00
Associação de Solidariedade Social da Madalena	€ 42.000,00	€ 168.000,00	€ 126.000,00
Centro Social e Paroquial de Santo André de Canidelo	€ 63.000,00	€ 252.000,00	€ 189.000,00
Centro Social de Coimbrões	€ 9.000,00	€ 36.000,00	€ 27.000,00
Centro Social e Paroquial de S. Salvador de Grijó	€ 66.300,00	€ 265.200,00	€ 198.900,00
Centro Social de Sandim	€ 12.000,00	€ 48.000,00	€ 36.000,00
Centro Social e Paroquial da Igreja do Senhor da Vera Cruz do Candal	€ 36.300,00	€ 145.200,00	€ 108.900,00
Cooperativa de Solidariedade Social Sol Maior	€ 69.000,00	€ 276.000,00	€ 207.000,00
Associação Espaço Heliântia	€ 25.800,00	€ 103.200,00	€ 77.400,00
Olival Social – Associação para o Desenvolvimento de Olival	€ 18.000,00	€ 72.000,00	€ 54.000,00
Viver Pedroso, Cooperativa de Solidariedade Social, CRL	€ 33.000,00	€ 132.000,00	€ 99.000,00
TOTAL	€ 419.700,00	€ 1.678.800,00	€ 1.259.100,00

5 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.13.** -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 43 votos a favor (18 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH e 01 do PAN) e 03 abstenções (02 da CDU e 01 da IL). -----

10

4.14. da Ordem de Trabalhos “4.14.Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Fórum de Cidadania de Arcozelo - MASTERPLAN Arcozelo, Autorização da Reprogramação dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do artigo 22.º do D.L. n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da A.R. n.º 86/2011 de 11 de abril, com a alteração introduzida pelo artigo 151.º do D.L. n.º 13-A/2025 de 10 de março, nos seguintes termos: -----

Valores S/IVA

• Ano 2025 - € 1.437.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e sete mil euros), dos quais faturados € 638.114,10; -----

• Ano 2026 - € 300.054,88 (trezentos mil, cinquenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos). -----

20 **Total de € 1.737.054,88 (um milhão, setecentos e trinta e sete mil, cinquenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos).** -----

Valores C/IVA

5 • Ano 2025 – € 1.523.220,00 (um milhão, quinhentos e vinte e três mil, duzentos e vinte euros), dos quais faturados € 676.400,95; -----

• Ano 2026 – € 318.058,17 (trezentos e dezoito mil, cinquenta e oito euros e dezassete cêntimos). -----

Total de € 1.841.278,17 (um milhão, oitocentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta e oito euros e dezassete cêntimos). -----

10 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.14. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

15 4.15. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Teatro Almeida e Sousa – Reconversão e Ampliação - Avintes, Autorização da Reprogramação dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do artigo 22.º do D.L. n.º 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da A.R. n.º 86/2011 de 11 de abril, com a alteração introduzida pelo artigo 151.º do D.L. n.º 13-A/2025 de 10 de março, nos seguintes termos: -----

20 • Ano 2026 – € 2.611.111,11 (dois milhões, seiscentos e onze mil, cento e onze euros e onze cêntimos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor” -----

• Ano 2027 - € 2.088.888,89 (dois milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.” -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.15. -----

25 Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

30 4.16. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes para o Município de Vila Nova de Gaia, com divisão em Lotes – Autorização para Assunção dos Encargos Plurianuais descritos na Informação INT-CMVNG/2025/14040, em cumprimento do artigo 22.º do D.L. n.º 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da A.R. n.º 86/2011 de 11 de abril, com a alteração introduzida pelo artigo 151.º do D.L. n.º 13-A/2025 de 10 de março”.-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.16. -----

5 **Votação: Aprovado por Maioria, com 43 votos a favor (18 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 01 do BE, 01 do CH, 01 do PAN e 01 da IL) e 02 abstenções da CDU.**-----

10 **4.17. da Ordem de Trabalhos “Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Fornecimento de Equipamentos de Contentorização de Resíduos – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais – Para Conhecimento---**

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento da** “Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Fornecimento de Equipamentos de Contentorização de Resíduos – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais – Para Conhecimento, **referente ao Ponto 4.17. da Ordem de Trabalhos.**-----

15 **4.18. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município da Parcela de Terreno com a área de 28 m2, sita na Rua Quinta da Pala – Vereda 2, União das Freguesias de Gulpilhares e Valadares, destinada a espaços verdes no Loteamento Municipal da Quinta da Pala. A referida parcela confronta do**
20 **Norte com Rua Quinta da Pala – Vereda 2, do Sul com Rua Chãos do Caniço, do Nascente com Lote 37 do Loteamento Municipal da Quinta da Pala ou prédio com entrada pelo nº 244 da Rua Chãos do Caniço e do Poente com zona verde, sita no ângulo das Ruas Chãos do Caniço e Rua Quinta da Pala. O imóvel em apreço encontra-se omissa à matriz e é parte do descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial sob o nº 515 da Freguesia de Gulpilhares”.**-----

25 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.18.**-----

Votação: Aprovado por Unanimidade.-----

4.19. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Aprovação da Eliminação dos Eixos Secundários Propostos, Constantes na Carta de Mobilidade do PUAR
30 **para esta área, Proc.º 4238/25, solicitado por Sierra Portugal, S.A”.**-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.19.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade.-----

5 **4.20. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI – Fração “B” do prédio sito na Avenida Sacadura Cabral – ARU – Aguda-Granja – Proc.º 4313/23 – Cert – São Félix da Marinha, solicitado por Duarte Nuno Gonzalez Belo Silva Salvador – Proposta de Indeferimento”.**-----

10 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.20. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (18 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 voto contra da IL.-----

15 **4.21. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, Proc.º 4234/25, solicitado por Ricardo Filipe Oliveira Ribeiro – Proposta de Indeferimento”.**-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.21. -----

20 **Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (18 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 voto contra da IL.**-----

25 **4.22. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, Proc.º 4436/25, solicitado por Maria da Graça Mendes Dias – Proposta de Indeferimento”.**-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.22. -----

30 **Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (18 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 voto contra da IL.**-----

35 **4.23. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, Proc.º 3351/23, solicitado por Ilda Cristina Pinto Pinheiro – Proposta de Indeferimento”.**-----

5 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.23. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (18 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 voto contra da IL. -----

10

4.24. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: -----

15

• Postura Municipal de Trânsito na Rua da Urtigueira, Freguesia de Canelas; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Travessa de Ferreira de Castro, Freguesia de Oliveira do Douro; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Rua do Bairro, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Rua da Cortinha, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Rua das Cerejeiras, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Rua de Ferreira de Castro, Freguesia de Oliveira do Douro; -----

20

• Postura Municipal de Trânsito na Rua Dona Alda Bastos, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Rua de Aldeia Nova, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Avenida de Vasco da Gama, Freguesia de Arcozelo; -----

25

• Postura Municipal de Trânsito na Rua das Pontes, Freguesia de Canelas; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Via Engenheiro Edgar Cardoso, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Rua Condes de Resende, Freguesia de Canelas; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Rua da Leira, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma;

30

• Postura Municipal de Trânsito na Rua da Presa Seca, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Travessa Dona Maria da Costa Basto, Freguesia de Oliveira do Douro;

• Postura Municipal de Trânsito na Rua de Álvares Cabral, Freguesia de Arcozelo; -----

- 5 • Postura Municipal de Trânsito na Rua da Feira Nova, Avenida de Santos Costa e Rua do Hóquei Clube, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; -----
- Postura Municipal de Trânsito na Rua do Cavaco, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; -----
- Postura Municipal de Trânsito na Travessa da Feiteira, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; -----
- 10 • Postura Municipal de Trânsito na Rampa de S. Bartolomeu Nº 6, entroncamento com a Avenida Doutor Moreira de Sousa, Freguesia de Pedroso; -----
- Postura Municipal de Trânsito na Rua dos Desembargadores, no entroncamento com a Rua Sérgio Vieira de Melo, Freguesia de Gulpilhares; -----
- Postura Municipal de Trânsito na Rua do Colégio, no Entroncamento com a Rua Azeredo Lobo, Freguesia
- 15 de Madalena; -----
- Postura Municipal de Trânsito em cruzamentos ou entroncamentos na Rua Nova de Nazarães, Freguesia de Madalena; -----
- Postura Municipal de Trânsito em cruzamentos ou entroncamentos na Rua do Fojo, no cruzamento com a Rua 25 de Abril, Freguesia de Serzedo; -----
- 20 • Posturas Municipais de Trânsito na Rua de José da Rocha Moreira, Freguesia de Arcozelo; -----
- Posturas Municipais de Trânsito na Rua Sérgio Vieira de Melo, na Rua Clemente Teixeira da Costa e Rua dos Desembargadores, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares; -----
- Posturas Municipais de Trânsito na Rua de Rocha Leão, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; -----
- 25 • Posturas Municipais de Trânsito na Rua Cabo Borges e Rua do Primeiro de Maio, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; -----
- Posturas Municipais de Trânsito na Via da Misericórdia, Via Rosa Mota e Rua do Choupelo, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; -----
- Regularização da Postura Municipal de Trânsito Aprovada Em Reunião de Câmara de 17 de março de
- 30 2025, Freguesia de Arcozelo; -----
- Regularização da Postura Municipal de Trânsito para a Rua da Boa Vontade, Freguesia de São Félix da Marinha; -----
- Regularização da Postura Municipal de Trânsito na Rua de José Monteiro de Castro Portugal, Freguesia de Valadares”.-----

5 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.24.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

10 **4.25. da Ordem de Trabalhos “Proposta da Câmara Municipal quanto à Informação do Revisor Oficial de Contas – 1º Semestre de 2025 – Para Conhecimento”.** -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da Proposta da Câmara Municipal quanto à Informação do Revisor Oficial de Contas – 1º Semestre de 2025 – Para Conhecimento, **referente ao Ponto 4.25 da Ordem de Trabalhos.** -----

15 De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo **(vide anexo 7)**. -----

20 Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram **23 horas e 02 minutos** do dia **11 de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco**, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

A Primeira Secretária

25

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

30

(Albino Pinto de Almeida)